Novembro de 2019 • Ano XIX – nº 181

FOTO: JARBAS ARAÚJO

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

O exemplo que vem das comunidades

Moradores de bairros periféricos mostram que é possível transformar contextos locais por meio da cultura, do lazer e da cidadania

Págs. 4, 5, 6 e 7

ACONTECEU NA ALEPE

Projeto Alepe Acolhe conquista prêmio nacional

FOTO: IVALDO REGES/CORTESIA

O Projeto Alepe Acolhe venceu o Prêmio Assembleia Cidadã, entregue durante a 23ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), realizada em Salvador (BA). A medida concorria na categoria Projetos Especiais. O resultado foi anunciado no dia 22 de novembro. Inscrito na conferência pela servidora da Casa e idealizadora da iniciativa, Cristiane Alves, o Alepe Acolhe oferece cursos de qualificação e estágio remunerado a jovens que aguardam por adoção em casas de acolhimento. “Medidas como essa sensibilizam as pessoas, que passam a ter outro olhar sobre o Parlamento”, ressaltou Cristiane. O projeto conta com parceria do Tribunal de Justiça de Pernambuco e foi lançado, em maio, em Grande Expediente Especial proposto pelo primeiro-secretário, deputado Clodoaldo Magalhães (PSB). “É uma vitória da humanização na política”, destacou Magalhães. “Ganhar o troféu Assembleia Cidadã satisfaz a todos os que fazem essa Casa”, complementou o presidente da Alepe, deputado Eriberto Medeiros (PP).

Defensoras dos direitos humanos

Como forma de assinalar a passagem do Dia Internacional das Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos, comemorado em 29 de novembro, a Assembleia Legislativa promoveu Grande Expediente Especial, em homenagem a pernambucanas que lutam pela garantia dos princípios e liberdades constitucionais. A autora do requerimento para realização da solenidade foi a deputada Jô Cavalcanti, do mandato coletivo Juntas (PSOL). A cerimônia foi presidida pela deputada Teresa Leitão (PT).

EM FOCO

IMAGEM: REPRODUÇÃO/INTERNET

Resistência cultural

A história do Alto José do Pinho contada por alguns de seus principais expoentes e a tradição cultural do bairro são temas do documentário "Resistência Cultural", feito pela TV comunitária Canal Capibaribe. A produção de 2014 resgata a trajetória do Maracatu Nação Estrela Brilhante, do afoxé Ylê De Egbá, do caboclinho Tribo Indígena Tupã e da escola de samba Unidos do Escailabe. Também traz entrevistas com lideranças comunitárias e contribuições do grupo cultural Poesis.

Fique Sabendo

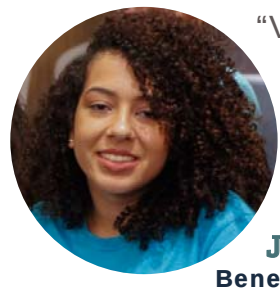
Assista ao documentário Resistência Cultural produzido pela TV comunitária Canal Capibaribe

VOCÊ NA ALEPE

“Estar participando de um evento na Alepe é muito importante, pois conhecemos melhor a atuação dos legisladores. Sinto que represento uma parte desse todo que faz a Casa do Povo funcionar.”

Luiza Cordeiro

diretora do Centro Social Dom João Costa, do Alto José do Pinho, durante Reunião Solene proposta pela deputada Teresa Leitão (PT), que homenageou a instituição, no dia 26 de novembro.



“Venho para promover a participação ativa dos jovens. Quero dar voz àqueles que são silenciados pelo grave déficit de políticas públicas, para que possam conhecer e exigir a efetivação de seus direitos.”

Jwahir Vasconcelos

Beneficiária do Núcleo de Cidadania de Adolescentes do município de Bonito (Agreste Central), durante seminário Promovido pela Frente Parlamentar da Primeira Infância, em parceria com o Unicef, no dia 27 de novembro

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.

assembleiape · alepeoficial · assembleiape · alepenatv

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1ª Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2º Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3ª Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto. **Superintendente de Comunicação Social:** Ricardo Costa. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Isabelle Costa Lima. **Editores:** Isabelle Costa Lima e Verônica Barros. **Revisão:** Verônica Barros. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Jr, Gabriela Bezerra e Ivanna de Castro. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, Roberta Guimarães, Evane Manço e Nando Chiappetta. **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Antonio Violla. **Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183-2211. E-mail:** ***scom@alepe.pe.gov.br***

AGORA É LEI

Violência autoprovocada

Norma exige notificação compulsória dos casos atendidos pelos serviços de saúde no Estado

Ivanna de Castro

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

Hospitais e demais unidades de atendimento são obrigados a informar ocorrências por força de lei estadual e também de portaria do Ministério da Saúde

Pernambuco somou, apenas em 2018, 1.693 registros de violência autoprovocada entre a população jovem, grupo que compreende indivíduos entre 15 e 29 anos. O número é 69,6% maior que o verificado em 2017, que também apresentou índices superiores ao ano anterior. Dados do Ministério da Saúde apontam, na verdade, que casos de automutilações, autofla-gelo, ideações ou tentativas de suicídios cresceram ao longo da última década nesta faixa etária, o que tem exigido do Poder Público políticas específicas para lidar com este quadro e evitar novas tragédias.

Para conhecer com mais profundidade o cenário e nortear as ações a serem tomadas especificamentes por Pernambuco, a Assembleia Legislativa aprovou, neste ano, a Lei n° 16.607/2019, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência autoprovocada atendidos pelos serviços públicos ou privados de saúde no Estado. A norma, em vigor desde julho, surgiu de proposta apresentada pela deputada Simone Santana (PSB), primeira vice-presidente da Alepe.

"É um problema de saúde pública que exige políticas de enfrentamento do Poder Público. Para isso, no entanto, é necessário reunir dados e construir um diagnóstico", acredita Santana, que revela outro objetivo de sua iniciativa: dar foco à questão. "A lei joga luz sobre o problema, chamando atenção da sociedade e dos profissionais de saúde para este fenômeno que tem atingido cada vez mais jovens em Pernambuco e no Brasil", acredita.

As causas para o aumento desses casos são multifatoriais, explica a presidente da Sociedade Pernambucana de Psiquiatria, Kátia Petribú. "Não existe uma razão única. O que temos visto com frequência nos consultórios é que esta geração de jovens, que a gente chama de geração @, não vem conseguindo lidar bem com sofrimento nem com frustração. A autolesão é, em geral, utilizada pelo indivíduo para abrandar ou abafar um sofrimento maior que ele esteja vivenciando", explicou a psiquiatra.

Por isso, Petribú orienta os familiares a se aproximarem da rotina dos jovens, garantindo um espaço aberto para o diálogo. "Com as famílias atarefadas e com o isolamento no mundo virtual, muitas vezes, são os professores ou os colegas de escola os primeiros a observar os cortes provocados. Nesses casos, é recomendado que a escola comunique o fato imediatamente aos responsáveis, porque o sinal transmitido pelo adolescente é de que ele está precisando de ajuda", observa.

Ainda segundo a especialista, o tratamento dos casos precisa ser interdisciplinar, envolvendo médicos, psicólogos e assistentes sociais. Petribú defende, no entanto, um enfoque maior nas políticas de prevenção. "A nova norma é muito interessante porque permitirá a criação de diagnósticos mais precisos, podendo embasar as ações preventivas", afirmou. "Em paralelo, precisamos de medidas urgentes, pois a atual rede de atendimento a esses casos é insuficiente", acrescentou.

Em nota, a Secretaria estadual de Saúde informou que o atendimento às vítimas de violência autoprovocada ocorre, por demanda espontânea, nos serviços de urgência e emergência dos hospitais públicos. "Em todos os casos, elas devem ser referenciadas para um serviço que oferte apoio psicológico e/ou psiquiátrico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps)", diz o documento. "Salienta-se que quando a violência ocorrer em crianças, adolescentes e idosos, o relatório do caso deverá ser enviado ao Conselho Tutelar e ao Conselho do Idoso, respectivamente."

Ainda segundo a pasta, médicos, demais profissionais ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, já são obrigados a informar sobre a ocorrência desses casos, atendendo à Portaria do Ministério da Saúde n° 204/2016. Os dados são reunidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) que, em 2017, registrou 15.178 casos de violência autoprovocada em todo o País.

VIOLÊNCIA URBANA

Mães da saudade

Grupo de mulheres que tiveram filhos assassinados propõe reflexões sobre problemas sociais e políticas públicas

André Zahar

FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

Criada em 2012, hoje, iniciativa ajuda 65 mulheres do bairro de Peixinhos, em Olinda. Além de apoio psicológico, a medida realiza debates, cursos, atos públicos e eventos culturais

Rosineide Maria estava atendendo no balcão da padaria e, ao receber um telefonema, pediu ao cliente para esperar. Solange Djanira trabalhava no bairro da Ilha do Leite, Centro do Recife, cuidando de uma idosa. Rejane Barbosa preparava-se para entrar no banho. As três moradoras de Peixinhos, em Olinda (Região Metropolitana), guardam vivo na memória o momento em que receberam a notícia da morte de seus filhos. No processo de luto, a dor comum as aproximou de outras mulheres do bairro que se uniram ao coletivo Mães da Saudade, surgido em 2012. Além do apoio psicológico, a iniciativa realiza debates, cursos, atos públicos e eventos culturais. Também busca produzir estatísticas alternativas às oficiais e propõe um novo olhar sobre o fenômeno da violência urbana.

O coletivo é uma das iniciativas do Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (Gcasc), fundado em 1986 – quatro anos antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – para garantir políticas públicas para os jovens. “Nós víamos os meninos crescendo, virando adolescentes e tendo as vidas ceifadas. Ocorria muita chacina, grupo de extermínio, e a gente se questionava sobre o que poderia ser feito”, explica a educadora popular Elisângela Maranhão, coordenadora do Grupo.

Conhecida na comunidade como Anjinha, é ela quem coloca as mãos sobre os ombros de Rosineide quando a voz da aposentada falha e os olhos se enchem de lágrima ao falar de Adílio. “Eu perdi o sentido de viver quando perdi meu filho. Deixei de ter noção do tempo. Depois que conheci as histórias de outras mães, voltei a ter vontade de viver”, relata Rosineide.

Rejane, que perdeu o filho de criação José Humberto, destaca a importância da terapia comunitária, em que “todos choram juntos e se renovam juntos”. “Quando perdemos um filho, praticamente somos enterradas junto. Eu não vivia: vegetava. Só fazia beber e chorar. Hoje tenho capacidade de dar força a outras mães”, diz.

Além de lidar com o trauma, as mulheres aprendem a dar novo sentido à existência ao lutar pelas vidas de outros jovens. Foi com esse espírito que Solange começou a participar de visitas domiciliares a outras mães, menos de um mês depois de perder seu filho Vitor, de 16 anos. A cuidadora e vendedora permanecia em silêncio e disfarçava o choro ao ouvir as histórias de outras mulheres. Apenas no final revelava a própria perda. “Todas se abraçavam e havia um carinho imenso”, conta.

Quando se supõe que a vítima tenha envolvimento com a criminalidade, medo de represália, descrença na Justiça e preconceito se misturam ao luto das mães da saudade. No começo, elas eram 30. Este ano, chegaram a 65. Para a antropóloga Catarina Morawska, que assessora o grupo, as periferias urbanas do Brasil vivem um luto endêmico, em que a experiência da perda marca a maior parte das casas. Para ela, um dos desafios na relação com o Poder Público é propor políticas para além da repressão. "Os dados produzidos pelo Estado focam na contabilização dos homicídios, mas ninguém pensa sobre quem fica", explica.

Em 2014, o GCASC fez uma pesquisa com famílias que tiveram parentes assassinados ou que estavam, naquele momento, presos. Foram visitadas 242 casas em 85 ruas de Peixinhos, onde habitam 1.053 pessoas. O estudo relacionou desemprego, evasão escolar e vulnerabilidade à violência do bairro: quando faleceram, apenas 22,7% dos jovens estavam empregados e 25,6% frequentavam a escola. “A maioria deles nem chegou a trabalhar. São negros e geralmente foram assassinados por causa de disputa de drogas”, detalha Fernanda Alves, multiplicadora do projeto.

NÚMEROS

A análise corrobora o que diz o Atlas da Violência 2019, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A pesquisa aponta que, em 2017, Pernambuco teve a terceira mais alta taxa de homicídios de jovens – 15 a 29 anos – do País. Registrou também a terceira maior taxa de homicídio de negros.

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe, deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB), entende que “o trabalho deve ser feito para que os jovens tenham outro caminho para seguir”. Ela, que chefiou a 9ª Delegacia de Homicídios, em Olinda, defende o reforço à atuação de polícia comunitária, ao lado de políticas de prevenção dentro das comunidades.

“Os policiais não podem só abordar, precisam conversar para saber a necessidade daquela mãe e proteger outros jovens. Já fui pra local de crime que estava no terceiro filho que a mulher perdia”, agrega. Para a parlamentar, o medo de represálias inibe a busca por mecanismos do Estado como o Centro de Apoio às Vítimas de Violência (Ceav), da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).

Para Joelma Carla, integrante do mandato coletivo Juntas (PSOL), que preside a Comissão de Cidadania da Alepe, a violência que atinge esses jovens é fundamentada no racismo. “Há uma naturalização dessas mortes e da violência contra a população negra na sociedade brasileira”, avalia ela, que reclama de cortes nos orçamentos dos programas de prevenção à violência.

Coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Pública da Casa, o deputado Delegado Erick Lessa (PP) pontua que a realidade específica de cada local deve ser observada na elaboração das políticas públicas. E esse é um dos motivos pelos quais o colegiado tem realizado audiências públicas no Interior. “A política deve ser feita em diálogo com a população”, observa ele, que destaca a redução de 23% nos homicídios ocorridos no Estado no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

FOTO: SABRINA NÓBREGA/ARQUIVO ALEPE

“Policiais não podem só abordar, precisam conversar para saber a necessidade daquela mãe e proteger outros jovens”, defende Gleide Ângelo

FOTO: SABRINA NÓBREGA/ARQUIVO ALEPE

“Há uma naturalização das mortes e da violência contra a população negra”, acredita Joelma Carla, integrante do mandato coletivo Juntas

POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com a Secretaria de Defesa Social, a Área Integrada de Segurança 7 (AIS-07), que engloba a cidade de Olinda, registrou 80 crimes contra a vida nos seis primeiros meses de 2019, uma redução de 11% em relação ao mesmo período de 2018. “Estatísticas de segurança mostram que 70% dos homicídios têm relação com drogas”, informou. “No ano passado, foram inauguradas nove delegacias de repressão ao narcotráfico e contratados 1,2 mil policiais civis. A Polícia Militar, também reforçada com 500 profissionais, ampliou a presença nas ruas com programas de prevenção à violência, a exemplo do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)”, complementou a SDS, em nota.

Neste ano, a Alepe aprovou a Lei nº 16.569/2019, que estabelece a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência em Pernambuco. A norma busca induzir ações integradas nos territórios de maior incidência criminal. Essas iniciativas são coordenadas pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas. Criada em 2018, a pasta conta hoje com programas como o Atitude, focado na redução de danos para usuários de álcool e outras drogas; o Juventude Presente, que oferece capacitação profissional; e Governo Presente, que promove a cidadania em escolas públicas nos finais de semana.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:
alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

CIDADANIA

Autoestima para o Alto

Cena musical e ações comunitárias se articulam em bairro periférico, que se tornou espelho para outras localidades

André Zahar

FOTO: JARBAS ARAÚJO

Em agosto, Alepe fez Reunião Solene para celebrar 30 anos da banda Devotos

Cena recorrente nos shows da banda Devotos, uma roda punk se abriu, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe). Foi no dia 28 de agosto, quando o grupo do Alto José do Pinho (Zona Norte do Recife) recebeu homenagem pelos 30 anos de carreira. Dezenas de fãs e até mesmo o deputado Isaltino Nascimento (PSB), que propôs a Reunião Solene, foram tragados pelo redemoinho humano no Auditório Sérgio Guerra.

Transmitida pela TV Alepe (e gravada por diversos celulares), a imagem viralizou instantaneamente nas redes sociais. Além de destacar a obra musical, a cerimônia prestou reverência ao compromisso da banda em transformar o território onde surgiu por meio da arte e da cidadania. O trabalho virou exemplo para outros bairros periféricos da Capital pernambucana. Vocalista e baixista da Devotos, Cannibal frisa que a dança punk – repleta de movimentos bruscos, pulos e empurrões – "parece até uma bagunça, mas não é".

"Para algumas pessoas, o punk pode chocar, porque nunca viram. Mas aquilo ali é uma manifestação social, de pertencimento. É como um toré indígena", compara Cannibal.

Ao longo da trajetória, iniciada em 1988, a Devotos aproveitou a notoriedade alcançada em sete discos e shows no Brasil e na Europa para apresentar à mídia a cultura efervescente da localidade, com seus maracatus, caboclinhos, escolas de samba, quadrilhas e afoxé. E a atitude "faça você mesmo" da banda ajudou a fermentar outros grupos e projetos no Alto.

"Neilton [integrante da banda] não tinha grana para comprar uma guitarra completa, então comprou o kit (desmontado) e fez com mola de fogão, braço de radiola, fôrma de mesa... Nos ensaios, quando a gente parava para dar um tempo, os amigos pegavam os instrumentos e, desse jeito, surgiram 13 bandas no Alto Zé do Pinho", conta Cannibal. "A gente começou a tocar dentro da comunidade e trazer a sociedade para cá. Isso trouxe autoestima para os moradores", avalia.

"COM FÉ NA MUDANÇA DOS HOMENS"

Tudo isso fez com que, na década de 1990, com o impulso ainda do movimento manguebeat, o bairro onde vivem cerca de 15 mil moradores, cada vez mais deixasse as páginas policiais dos jornais para ocupar os cadernos de cultura. Ao longo deste processo, outra banda, a Faces do Subúrbio, se tornaria uma das mais importantes do rap nacional. Zé Brown, vocalista do conjunto, lembra como a comunidade, aos poucos, quebrou o preconceito contra os seus próprios artistas:

"Eu levava nome de vagabundo. Diziam que, em vez de estudar, ficava dançando break, mas ali estava fazendo minha faculdade. Isso mudou quando os pais viram os filhos cantando, querendo ir para o show, vestir camisa... E quando veio a mídia", relembra Zé Brown.

"Quando comecei a dar aula no projeto AJP Break [posteriormente Zé Brown Apresenta Talentos], as mães viram que os filhos estavam sendo educados culturalmente. Até a criminalidade começou a perceber que era melhor mostrar esse lado positivo do que o negativo, das drogas", prossegue Zé Brown, que, hoje morando em São Paulo, segue engajado em projetos de arte e educação.

Por falta de outros bateristas na comunidade, Celo, da Devotos, e Ailton Peste, da Matalanamão, tiveram que se desdobrar. Ailton, que tocou com outros seis conjuntos, considera que a música foi o maior instrumento do bairro contra as desigualdades e mazelas sociais. Em 2000, diante da dificuldade de tocar em rádios comerciais, ele e outros músicos criaram uma emissora comunitária. Com apoio de entidades da Alemanha e do Rio de

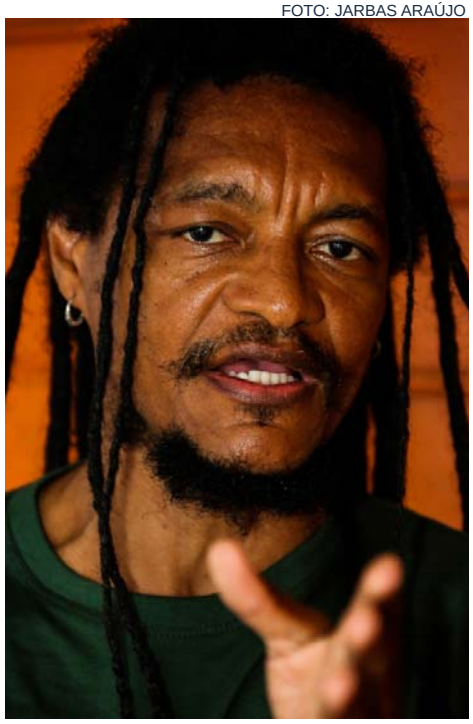
Janeiro e um investimento de R$ 4,5 mil, implantaram a Rádio Alto Falante. Além da produção musical local, a estação deu voz à comunidade. “A programação era diversificada. Com uma equipe de voluntários, a rádio passou 12 anos no ar”, complementa.

Vocalista da Matalanamão, Adilson Ronrona também participou do projeto e hoje busca reativá-lo. Paralelamente, tornou-se um dos fundadores, neste ano, da cooperativa de cultura alternativa Intercâmbio. “O coletivo foi criado para apoiar a cultura local e ser itinerante. Fizemos um evento que teve música, grafite, troca de livros, plantio de árvore. Tudo 0800. A comunidade toda ganha, empreendendo.”

RAMIFICAÇÕES

A agitação cultural na comunidade vem sendo catalisada, também, pelo Grupo Cultural do Alto José do Pinho, surgido em 1989 e que, na década seguinte produziu eventos como o Festival Gestos, Atitude e Rock and Roll, reunindo grupos de música, teatro e poesia. Hoje, após mudanças com a saída de parte dos membros, há cerca de 15 anos, o grupo segue como Poesis e mantém um calendário que inclui rodas de poesia, recitais ritualísticos, shows, peças de teatro, performances de rua, plenárias, oficinas de violão e festival de cultura popular.

FOTO: JARBAS ARAÚJO



Atitude “faça você mesmo” do grupo de Cannibal ajudou a fermentar outros projetos no bairro

À frente do projeto, o historiador e poeta Jailson Oliveira afirma que a cultura, no Alto José do Pinho, “tem o valor de ajudar no combate ao extermínio das ideias, dos sonhos e do bem viver”. Ele ressalta que os projetos sociais e culturais seguem ocorrendo pelas mãos, inclusive, de novos agentes. “Existe um sentimento de falta muito grande. Embora a gente tenha feito muito, esse muito não preencheu o buraco das fomes”, pontua.

Um destes novos atores sociais é o biólogo Hamon Dennovan. Frequentador de shows das bandas locais quando adolescente, ele se inspirou na atmosfera de mobilização para criar em 2014, com outros três amigos, o projeto Alto Sustentável. A iniciativa une ações que vão de educação ambiental à requalificação de espaços públicos. Por meio da proposta, locais sem conservação ou que acumulavam lixo recebem melhorias. “Passamos a fazer pressão sobre o Poder Público, que começou a fornecer serviços, como varrição, poda de árvores e iluminação”, diz ele, que é também policial militar e atua na Assistência Militar da Alepe.

ENGAJAMENTO

Outro espaço de interação entre a comunidade e o Poder Público é o Grupo de Governança Comunitária, formado em 2013. Nas reuniões mensais, os moradores debatem as prioridades do bairro e, na sequência, os órgãos responsáveis são acionados. Por este canal, foram obtidas melhorias no distrito sanitário e na oferta de ônibus, além da execução de um plano de mobilidade e da inclusão do bairro no roteiro turístico do Recife.

Uma das lideranças do grupo é o psicólogo Renato Carneiro, que gerencia também os projetos do Centro Social Dom João Costa, instituição com mais de 50 anos de atuação na comunidade e que foi homenageada, em novembro, pela Assembleia Legislativa. A associação promove atividades de educação, qualificação profissional, cultura e esporte e conta com uma orquestra social. “A gente compartilha com as outras entidades e pessoas ilustres a responsabilidade de cuidar do futuro da própria comunidade”, explica.

Criado na comunidade, o deputado Isaltino Nascimento ressalta o papel da cultura na identidade do território. Ele registra a presença de agremiações tradicionais centenárias, como o Maracatu Estrela Brilhante, no Alto José do Pinho, onde também surgiram os caboclinhos Tapirapé e Tabajara, entre outras manifestações da cultura popular.

O parlamentar enfatiza que as atividades culturais são mantidas quase sempre por pessoas de baixa renda.

FOTO: ARQUIVO/ALEPE

Criado na comunidade, deputado Isaltino Nascimento ressalta o papel da cultura na identidade do território: “É uma presença forte que dignifica e orgulha muito a todos que fazem o Alto Zé do Pinho”

“A cultura é uma presença forte que dignifica e orgulha muito a todos que fazem o Alto Zé do Pinho. É fruto de uma cadeia familiar, de amizade; um círculo tradicional e permanente que contribui para o fortalecimento do bem-estar e da autoestima do povo”, diz.

Na mesma linha, Cannibal faz questão de afirmar que o Devotos esteve na Alepe, em agosto, como uma banda representativa do Alto José do Pinho e de várias outras do subúrbio. “Uma das coisas melhores que eu vi ali foi aquele espaço ser ocupado pela comunidade. A Casa é do povo, é de todo mundo.”

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

ATENDIMENTO DIFERENCIADO

Prioridade para quem precisa

Leis recentes garantem atenção especial para mulheres vítimas de violência, pessoas com doenças raras e entre outros segmentos

Verônica Barros

Vítimas de violência, testemunhas de crimes e pessoas com condições graves de saúde são segmentos que, nos últimos anos, foram beneficiados por normas que garantem prioridade no atendimento em espaços públicos ou privados. Propostas pelos deputados estaduais, essas leis já foram sancionadas pelo Governo do Estado e estão em vigor.

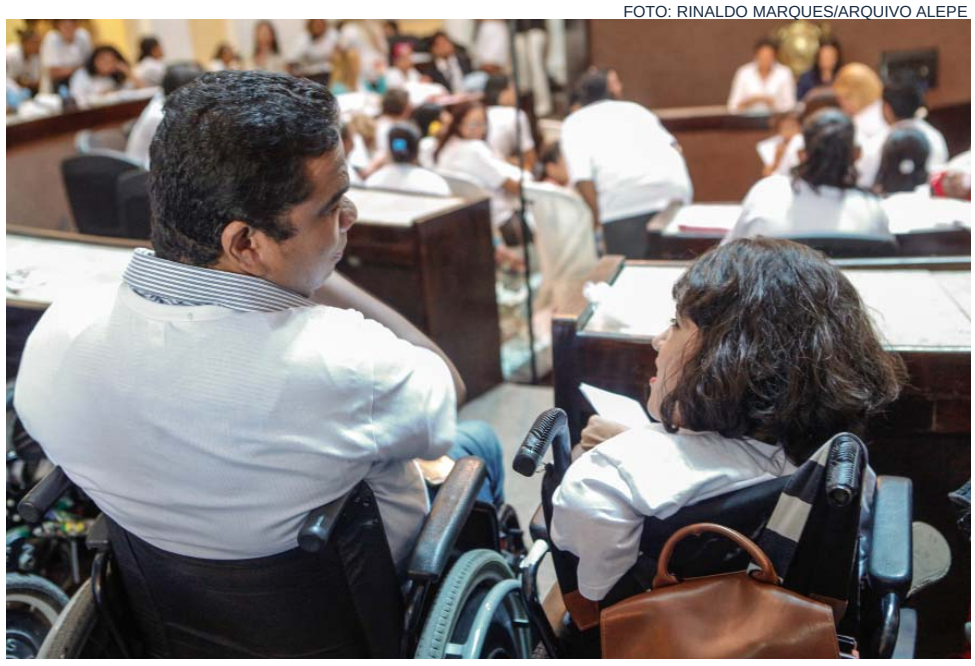
É o caso da Lei nº 16.160/2017, que dispõe sobre a destinação prioritária de imóveis que integram os programas estaduais de habitação a mulheres responsáveis pela família. Proposta pelo ex-deputado Ricardo Costa, a norma prevê que contratos e registros ficarão no nome da mulher. Já as pessoas incluídas nos programas de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e Assistência a Vítimas, Testemunhas Ameaçadas e Familiares de Vítimas de Crimes passaram a ter prioridade de matrícula nas redes públicas de ensino. A medida está prevista na Lei nº 16.550/2019, oriunda de uma proposta do ex-deputado Zé Maurício.

CONDIÇÕES DE SAÚDE

Quatro normas favorecem pessoas com deficiência, sobrepeso, albinismo e fibromialgia. Entre elas, está a 16.392/2018, que contempla pessoas com obesidade em grau 3 nos serviços bancários e comerciais, bem como em órgãos públicos. Iniciativa do ex-deputado Ricardo Costa, a lei prevê a existência de senhas prioritárias para que os clientes não fiquem muito tempo em pé.

Na lista, ainda consta a Lei nº 16.590/2019, que dispõe sobre a preferência de pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas em estabelecimentos públicos e privados. O projeto que originou a norma é da deputada Dulcicleide Amorim (PT). A Lei nº 16.606/2019, por sua vez, veio de proposta de Wanderson Florêncio (PSC) e inclui no rol de prioridades em instituições bancárias pessoas com doenças raras e transtornos do espectro autista. Já a Lei nº 16.690/2019, originada de iniciativa de Romero Sales Filho (PDT), beneficia pessoas com fibromialgia nas instituições públicas ou privadas do Estado.

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE



Propostas pelos deputados estaduais, normas já foram sancionadas pelo Governo do Estado e estão em vigor

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Mais duas normas promulgadas estão focadas em mulheres vítimas de violência. A primeira, a Lei nº 16.444/2018, de autoria do ex-deputado Everaldo Cabral, determina que unidades de saúde, públicas ou privadas, atenderão prioritariamente essas pacientes, no caso de pessoas com o mesmo grau de risco. A segunda foi proposta pela deputada Alessandra Vieira (PSDB): a Lei nº 16.583/2019 assegura prioridade de atendimento para emissão de carteiras de identidade e de trabalho (CTPS), independente de marcação prévia.

Segundo o presidente da Assembleia, deputado Eriberto Medeiros (PP), existe uma preocupação do Parlamento em promover a igualdade de oportunidades e de defender a justiça social. “Nós cumprimos o papel de legislar em sintonia com as mudanças vividas pela sociedade. Por isso, buscamos ouvir a pessoa idosa, a mulher, o homem do campo, a pessoa com deficiência, para garantir que todos tenham a chance de desenvolver seus projetos de vida com dignidade”, salientou.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:
alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

*Você pode contribuir com o conteúdo do **Tribuna Parlamentar** enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail tribunaparlamentar.alepe@gmail.com. Participe!*